

## TRANSGENERIDADE: CARTILHA PARA UMA REFLEXÃO CRÍTICA E INCLUSIVA

1

Vanessa de Souza Silva

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo construir um material pedagógico, no formato de cartilha, para os professores da Rede de Ensino do Estado de São Paulo da Diretoria de Ensino Sul 3 com o objetivo de contribuir para que os (as) docentes desta Diretoria sejam introduzidos (as) ao conceito de transgeneridade e possam aprofundar seus conhecimentos em relação ao tema. A partir de uma análise das legislações vigentes que tratam dos direitos dos/as estudantes transexuais, travestis e transgênero, da fragilidade da temática na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dos materiais didáticos da área de Ciências Humanas e uma escuta com os (as) educadores (as) de unidades escolares com o maior número de estudantes identificados (as) como trans demonstraremos a importância e a necessidade de se construir um conjunto de conhecimentos sobre um público que está presente nas escolas estaduais e representam, muitas vezes, um desafio para a equipe gestora, agentes escolares e, sobretudo, para a equipe docente e que se constitui como um grupo socialmente vulnerável. A metodologia utilizada consiste na coleta de dados a partir da observação direta extensiva, utilizando a aplicação de um questionário com um grupo de professores (as) que atuam em uma escola com forte presença de estudantes trans. Além disso, construiremos a cartilha coletivamente contando com a participação de um grupo focal composto por professores (as) de uma segunda unidade escolar com um expressivo número de estudantes trans.

**Palavras-chave:** Transgeneridade, Cartilha, Material Pedagógico

### INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir do trabalho sobre diversidade sexual e de gênero em uma Diretoria Estadual de Ensino na capital de São Paulo onde foi possível concluir que havia a necessidade de produzir materiais para o público docente sobre esta temática, sobretudo em relação à condição, direitos e estratégias de acolhimento da população escolar trans.

No ano de 2021, ao assumir o cargo de Professora Coordenadora de Núcleo Pedagógico na Diretoria de Ensino Sul 3, a maior do Estado de São Paulo, recebi, entre outras atribuições, a pasta de Educação para a Diversidade Sexual e de Gênero em que seria responsável por apoiar projetos, propostas pedagógicas para as diferentes áreas do conhecimento e orientar as equipes em relação à temática de gênero. Neste percurso, para obtenção de dados sobre o perfil dos estudantes referente à identidade de gênero, pude acessar uma realidade composta por um número reduzido de estudantes transgêneros com nome social regulamentado na documentação

---

<sup>1</sup> Mestra do Curso de Sociologia da Universidade Estadual Paulista – SP, [nescass27@gmail.com](mailto:nescass27@gmail.com).

interna da unidade escolar, em uma Diretoria que é composta por 106 escolas, sendo duas indígenas.

A partir disso, ao iniciar propostas de formação para orientar e contribuir com a educação sobre os temas relacionados as diversas identidades de gênero e de orientação sexual para as equipes escolares da Diretoria, pude identificar que as dificuldades em relação ao tratamento adequado dos (as) estudantes trans ocorriam em relação aqueles que tinham o nome regulamentado através do requerimento feito pelos responsáveis por esses (as) alunos (as), mas principalmente quando há resistência das famílias em reconhecer e respeitar as diferentes identidades de gênero dos jovens.

Ao identificar estas dificuldades, achei importante insistir em propostas formativas, mesmo diante dos percalços para conseguir espaço para inserção destes temas, utilizando a legislação vigente e a construção de conhecimentos relacionados aos conceitos de diversidade sexual e de gênero, porém foi possível identificar resistência, não apenas em decorrência dos problemas para compreensão da temática, mas especialmente pelas percepções que muitos membros das equipes escolares têm desta questão que perpassam pelo preconceito contra aqueles que não performam o padrão cisgênero e heterossexual e receio de tratar de temas que ainda se apresentam como tabu no interior da comunidade local, tal como em uma sociedade calcada no padrão cisheteronormativo<sup>2</sup>.

Sendo assim, a oportunidade de realizar este trabalho e, principalmente, de acompanhar os conflitos entre os estudantes, o corpo docente e a equipe gestora em decorrência das divergências em relação às questões de gênero e, conseqüentemente, o impacto na convivência escolar foram as principais motivações para a realização de um trabalho que possa contribuir para a ampliação desta discussão e oferecer subsídios para a compreensão sobre importantes conceitos que fazem parte da formação da identidade de muitos jovens que não encontram em suas famílias, sociedade e até mesmo no espaço escolar o acolhimento e oportunidade de vivenciarem suas formas de ser e expressarem identidades e afetos.

Outro aspecto importante, além das dificuldades relacionadas à compreensão de conceitos relacionados à diversidade sexual e de gênero, as equipes escolares, com alguma

---

<sup>2</sup> Todo o sistema de relações de poder baseadas na heterossexualidade dos corpos pressupõe, antes, que esses corpos são cisgêneros. Assim, o corpo feminino sempre coincidirá com um corpo portador de uma biovagina e o corpo masculino sempre coincidirá com um corpo portador de um biopênis (PRECIADO, 2018, p. 134), e esses corpos diferentes sempre se atrairão mutuamente por ser essa a ordem naturalizada pela heteronormatividade. (ROSA, 2020, p. 68)

frequência, demonstram desconhecimento em relação às legislações que dão subsídios para que os direitos da população LGBTQIA+<sup>3</sup> sejam respeitados no espaço escolar e, mesmo quando têm ciência dos dispositivos legais, demonstram sua insuficiência, sobretudo, nos casos nos quais estudantes que identificam-se como trans são menores de idade e não têm o apoio da família no processo de requerimento para alteração do nome na documentação escolar. Nestes casos é recorrente a resistência de utilizar o nome social até oralmente por receio de represálias das famílias e acabamos diante de uma situação na qual esse (a) jovem é vítima, em dois contextos distintos, do desrespeito à sua identidade de gênero.

Ainda em relação a esta questão legal, é possível inferir que não apenas o receio da oposição das famílias, mas o preconceito estrutural norteia ações ou A partir do que foi exposto, em busca de informações que dessem maiores subsídios para compreender a situação e justificar um projeto focado nesta temática, pesquisei e tive acesso a dados que corroboraram a necessidade de abordar a LGBTfobia no ambiente escolar e construir propostas que combatam este tipo de violência.

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil (2016, p. 22):

Estudos publicados nos últimos dez a quinze anos vêm demonstrando e confirmando cada vez mais o quão a LGBTfobia (medo ou ódio irracionalmente às pessoas LGBT) media os conhecimentos e as práticas no contexto da sociedade brasileira, estas produzindo as mesmas lógicas nas instituições educacionais.

Além disso, demonstrou que a maioria dos (as) estudantes LGBT convive com comentários LGBTfóbicos no espaço escolar, o que contribui para um ambiente escolar hostil. No entanto, este tipo de violência não ocorre apenas por ação ou omissão de colegas de sala, mas de professores (as) e funcionários (as) das unidades escolares.

Partindo destas informações é possível inferir que o ambiente escolar é um espaço hostil para estudantes que não estão de acordo com a cisheteronormatividade que, segundo Rosa (2020, p.100), pode ser compreendida como:

naturalizada de tal modo que suas regras se tornam culturalmente impostas visando produzir, desde a infância, corpos e subjetividades para que estes sejam cisgêneros e heterossexuais, infligindo punições contra aqueles/as que a subvertem e reforçando comportamentos daqueles/as que se adequam para

---

<sup>3</sup> Sigla utilizada para se referir às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres e homens transgênero, queer, intersexuais, agênero e outras identidades de gênero e orientação sexual.

que (re)produzam outros corpos e subjetividades que se adequem à cisheteronorma.

Ou seja, indivíduos que não estão de acordo com a identidade de gênero e orientação sexual naturalizadas pela sociedade sofrem com situações de violência e constrangimentos e isso inclui o ambiente escolar.

Em relação à legislação vigente, podemos destacar o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) como um importante norteador para as equipes escolares resguardarem os direitos dos (as) estudantes, e é possível inferir que inclui as demandas que estejam relacionadas à diversidade sexual e de gênero e um importante dispositivo legal, específico sobre os direitos dos (as) estudantes LGBTQIA+, de âmbito federal, a Resolução nº12, de janeiro de 2015, que indica o tratamento adequado para estudantes transgênero nas unidades escolares. Além disso, no contexto do Estado de São Paulo, em relação ao respeito do nome social de estudantes transgênero ou transexuais temos a Resolução SE 45, de 18-8-2014, no entanto aprofundaremos a discussão em torno destas legislações no primeiro capítulo deste trabalho.

Retomando os dados da Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016, o clima hostil para os (as) estudantes LGBTQIA+ no ambiente escolar pode ser potencializado se as autoridades educacionais não fazem as devidas intervenções ou até servem de modelo ao proferirem comentários LGBTfóbicos, conforme diz o trecho abaixo (2016, p.32):

A maioria dos/das estudantes LGBT relata a utilização desenfreada de comentários LGBTfóbicos na instituição educacional, e este comportamento contribui para um ambiente de aprendizagem que é hostil para essa população. Se as autoridades da instituição educacional intervêm pouco quando ouvem comentários preconceituosos na instituição educacional, isto pode transmitir para os/as estudantes a mensagem de que os comentários LGBTfóbicos são tolerados. Além disso, pode ser que os/as próprios/as professores/as e funcionários/as estejam servindo de modelos de comportamentos inadequados e legitimando a utilização de comentários LGBTfóbicos, uma vez que a maioria dos/das estudantes já ouviram professores/as / funcionários/as da instituição educacional fazendo comentários LGBTfóbicos em algum momento.

A partir destas informações que expressam a existência de situações de discriminação e preconceito em função da identidade de gênero e orientação sexual nas instituições escolares do Ensino Básico podemos inferir que são aspectos que reforçam a urgência em propor materiais pedagógicos que possam contribuir com subsídios para que os (as) educadores (as)

possam aprofundar seus conhecimentos em relação a conceitos e sobre questões envolvendo um público que vive experiências de violência no espaço escolar.

Dentro deste público, um em específico vivencia uma situação de extrema vulnerabilidade social: a população transgênero, transexual ou travesti. De acordo com o Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021, apesar dos dados não refletirem exatamente a realidade sobre os assassinatos e/ou a violência contra a população trans, sobretudo pela inexistência de informações governamentais sobre violência LGBTIfóbica (2021, p. 18), decorrente de uma subnotificação sistêmica em relação à violência praticada contra essa população, a partir das informações alcançadas, há um recrudescimento das violências praticadas contra a população trans.

Sendo assim, ao retomar as informações tratadas no início, as quais revelam que a LGBTfobia media as práticas da sociedade brasileira e que a mesma lógica norteia as instituições educacionais, é possível inferir que a violência praticada contra a população transexual ou transgênero no contexto social, não está ausente no ambiente escolar.

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, através do Centro de Inclusão Educacional, divulgou, na reunião dos interlocutores da pasta de Educação para a Diversidade Sexual e de Gênero que aconteceu no primeiro semestre de 2022, os dados sobre o número de estudantes com o nome social em relação à matrícula de 2022 e a Diretoria de Ensino Região Sul 3, a maior Diretoria do Estado de São Paulo, com 104 escolas regulares e duas indígenas, conta com 71 estudantes com nome social regulamentado na unidade escolar, porém esta Diretoria possui, segundo o Centro de Informações Educacionais e Gestão da Rede Escolar (CIE), aproximadamente, 99.318 estudantes matriculados. Dados como estes abrem precedente para algumas possibilidades de análise que possam contribuir para compreensão sobre a inexpressiva presença da população trans nas unidades escolares.

O objetivo deste trabalho, portanto, foi construir uma cartilha que abordaria a transgeneridade no ambiente escolar com foco na educação e sensibilização dos (as) docentes para que possam contribuir para a construção de um ambiente educacional que respeite e valorize a diversidade e, com isso, seja um importante fator para a permanência dos (as) estudantes transgênero na instituição escolar o que é de extrema importância para a construção da cidadania e da democracia.

Nesta cartilha foram apresentados dados sobre a situação de exclusão e violência que a população LGBTQIA+ está exposta no ambiente escolar, bem como sobre conceitos que

contribuem para a compreensão em relação à diversidade sexual e de gênero. Além disto, apresentamos legislações que dão subsídios para a abordagem da temática em sala de aula e outros trazidos pela BNCC, apesar da questão de gênero não surgir com ênfase neste documento. Por fim, o material contou com algumas reflexões que contribuem para a construção de abordagens sobre a diversidade de gênero e orientação sexual e, principalmente, como acolher e incluir, efetivamente, os (as) estudantes trans.

Sendo assim, a partir do que foi apresentado, foi possível criar uma cartilha, a cartilha: Diversidade Sexual e de Gênero: Transgeneridade – Cartilha para uma reflexão crítica e inclusiva que tem como objetivos contribuir para a construção de conhecimentos relacionados à diversidade sexual e de gênero, permitir aos (às) professores (as) desnaturalizarem os padrões sociais de gênero, isto inclui suas próprias experiências como homens e mulheres, e, sobretudo, compreenderem a importância de respeitarem os direitos dos (as) estudantes trans e contribuírem para a construção de uma cultura de acolhimento para este público a fim de garantir que concluem o ensino básico e tenham garantido o direito à educação.

A base teórica deste trabalho é a educação transgressora de bell hooks. A autora, ao aprofundar-se na obra de Paulo Freire, propôs uma possibilidade de reflexão e construção de uma educação democrática e que valorizasse a diversidade, sobretudo em um contexto posterior ao fim da segregação racial em seu país e às demandas por uma educação multicultural. A partir desta perspectiva, Bell Hooks apontou a necessidade de lembrar que a educação não é neutra e, no contexto do fim da segregação racial nas escolas, tiveram que “[...]enfrentar e vencer a vontade avassaladora de muitos presentes de negar a política do racismo, do sexismo, do heterossexismo etc. [...]” (2017, p.53). Ou seja, é importante que os que estão no centro do processo de ensino e aprendizagem realizem essa reflexão, compreendam a sala de aula como um espaço composto pela diversidade e que este ambiente precisa refletir as diferentes subjetividades dos (as) estudantes.

Sendo assim, ao partir desta ideia, seria essencial o (a) professor (a) considerar suas experiências como sujeito no mundo, tal como as de seus estudantes, para que não se separe a vida fora do espaço escolar com as vivências que ocorrem nele, ou seja, a “sala de aula como um espaço para troca de experiências de vida conectadas ao conteúdo para permitir pensar juntos (OLIVEIRA e RODRIGUES, 2018, p. 96). Esta abordagem tem como objetivo contribuir para a inserção e permanência de estudantes LGBTQIANP+, especialmente dos (as) estudantes transexuais, transgênero, no ambiente escolar através de uma proposta com foco na formação do corpo docente sobre conceitos e, sobretudo, sobre a existência de pessoas que não

possuem uma identidade de gênero em conformidade com a norma e que a ignorância e, consequentemente, o desrespeito a estas identidades é um fomento para a expulsão destes (as) estudantes da instituição escolar e, entre outras consequências, do pleno desenvolvimento de sua cidadania.

## **ITENS DA CAPA DO TRABALHO COMPLETO**

Vanessa de Souza Silva

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO

[Formação de Professores/as e PROFSOCIO: Produção de conhecimento e práticas de ensino de Sociologia na Educação Básica]

Transgeneridade: Cartilha para uma reflexão crítica e inclusiva

São Paulo, SP

2025

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Conforme abordado inicialmente, o objetivo deste trabalho foi o de propor uma abordagem sobre a transgeneridade no âmbito escolar, com foco no corpo docente, para que este grupo possa contribuir para a inclusão e permanência desta comunidade na escola. A principal estratégia é a de proporcionar conteúdos e reflexões aos (às) professores (as) para que possam compreender conceitos e aspectos importantes para sejam agentes de integração de indivíduos que vivenciam a exclusão escolar em decorrência dos preconceitos sofridos na sociedade e, consequentemente, nas instituições de ensino.

No entanto, a construção dos conhecimentos sobre esta temática, e sua sistematização em uma cartilha, foi realizada coletivamente. Inicialmente, utilizamos uma coleta de dados a partir da observação direta extensiva, utilizando a técnica de “[...] questionário – constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do

pesquisador [...]” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.222), com o objetivo de identificar dificuldades e conhecimentos dos (as) docentes sobre este público e temática.

Os (as) professores (as) que participaram desta etapa responderam às questões de forma anônima, a estratégia da não identificação dos (as) respondentes teve como objetivo a obtenção de informações que expressassem com maior clareza as angústias e pensamentos dos (as) docentes. É importante enfatizar que o grupo de professores (as) selecionados (as) nesta etapa da pesquisa foi composto por docentes que atuavam em uma escola que possuía o maior índice de estudantes trans com nome social regularizado na Diretoria de Ensino Região Sul 3, na época.

Em relação às informações referentes ao questionário, propusemos um vídeo explicativo no qual a pesquisadora fez uma breve apresentação sobre o seu percurso acadêmico e, principalmente, da pesquisa e enfatizou a importância do envio de respostas assertivas e atreladas às vivências em sala de aula. Neste momento, houve o reforço da informação sobre o anonimato dos respondentes e que as informações seriam utilizadas pelo grupo focal para contribuir como subsídio para a construção da cartilha.

Além deste agrupamento de professores (as), outro importante aspecto desta pesquisa foi contar com a participação de um grupo de educadores (as) que seria parceiro no processo de construção do material proposto, utilizando a estratégia metodológica de Grupo Focal que “[...] consiste na interação entre os participantes e o pesquisador e a coleta de dados, a partir da discussão com foco, em tópicos específicos e diretivos” (ASCHIDAMINI e SAUPE, 2004, p.10). Os participantes foram escolhidos, via questionário, a partir de uma consulta que teve como objetivo obter participação voluntária, preferencialmente, de docentes de Ciência Humanas e Sociais Aplicadas, porém não seria restrito aos (às) professores (as) desta área.

Destacamos que os (as) docentes que compuseram o grupo focal atuavam em uma unidade escolar na qual havia a presença de estudantes que se identificavam como transgênero, porém não tinham o seu nome social reconhecido, um dado relevante para compreensão sobre as dificuldades deste grupo e a relevância da proposta da pesquisa.

O grupo escolhido recebeu mensalmente materiais em formato de textos, imagens etc., para análise e propostas contendo contribuições que tinham como objetivo principal adequar a cartilha às necessidades dos (as) professores (as) e permitir que obtivessem conhecimentos que os auxiliassem no trabalho, em sala de aula, com os/as estudantes transgênero.

Por fim, os integrantes do grupo focal, ao acessarem a última versão da cartilha, fizeram uma análise destacando as possíveis contribuições do material produzido para a construção de conhecimentos sobre a transgeneridade e, principalmente, sobre os (as) estudantes trans que faziam parte das unidades escolares que atuavam.

## CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto da construção deste trabalho foi marcado por diversos desafios e dificuldades. Conforme compartilhado no início deste trabalho, abordar a temática da diversidade sexual e de gênero nas unidades escolares é complexo e pensar em um material que dê subsídios para os (as) docentes suscitou uma série de reflexões e angústias. Não apenas esta questão, mas os obstáculos que qualquer docente ou profissional da Educação enfrenta para construir conhecimentos em âmbito acadêmico, como por exemplo, jornada excessiva de aula e um cotidiano marcado por diversas burocracias, foram outros aspectos que tornaram a construção da cartilha ainda mais desafiadora.

No entanto, evidenciar estas dificuldades é relevante porque a opção pelo apoio e contribuição de um grupo focal composto por professores (as), neste trabalho, nos convida a pensar no desafio que é para um docente seguir o caminho da reflexão-ação. Porém, a vivência de cada um foi de extrema importância para trazer relevância ao conteúdo produzido e verdadeiro apoio para aqueles e aquelas que estão no chão de sala de aula lidando com realidades e subjetividades diversas. Ou seja, além de utilizarmos a perspectiva da educação transgressora para pensarmos a construção do conhecimento de uma educação para a diversidade, compreendemos que o processo precisava ser permeado pelas vivências, subjetividades e experiências de professores e professoras.

Apesar da escassez de tempo, problemas nas unidades educacionais provocados por tensões envolvendo sujeitos favoráveis e contrários às tratativas em relação ao público LGBTQIA+ e demandas relacionadas ao projeto de Educação vigente, a construção de uma cartilha, com o apoio de professores (as) e a coleta de suas visões, angústias e inseguranças, se mostrou importante e necessário.

Neste percurso, pudemos refletir sobre as violências vivenciadas pela comunidade LGBTQIA+ no espaço escolar, especialmente o público trans, e o potencial que uma educação para a diversidade tem para transformar esta realidade. A educação transgressora de bel hooks

contribuiu nesta trajetória por mostrar a importância de pensarmos o currículo e uma escola permeados pela diversidade de pensamento, epistemologias e subjetividades. Fornece uma perspectiva de Educação na qual docentes e discentes acessam suas próprias subjetividades e que estas possam contribuir para o fortalecimento da relação pedagógica e trazer um significado maior à aprendizagem.

Além disto, este trabalho pôde externalizar não apenas ideais relacionados a uma educação para a diversidade, mas dar visibilidade a um público esquecido e invisibilizado na sociedade e, conseqüentemente, na escola e sobre como podemos contribuir para uma efetiva cultura de inclusão nas escolas brasileiras, ao que tange as pessoas com identidades de gênero que desafiam o padrão hegemônico e normatizado pela sociedade na qual estamos inseridos (as).

Por fim, é necessário destacar que este trabalho é um produto do PROFSOCIO e as discussões promovidas dentro do programa contribuíram para ampliar a necessidade de desnaturalizar modelos socialmente determinados, refletir sobre a realidade social e educacional em que estamos inseridos (as) e, principalmente, nos constituirmos como sujeitos reflexivos, no âmbito educacional, e possíveis agentes de transformação social. As contribuições destacadas permeiam toda a trajetória da construção desta cartilha e os objetivos almejados, a partir disto, são o de ampliar as reflexões e de subsidiar ações para a efetivação de uma transformação de uma cultura de exclusão, preconceito e violência nas relações de gênero por outra voltada à compreensão, aprendizado e acolhimento das diferenças.

## REFERÊNCIAS

- ASCHIDAMINI, Ione Maria; SAUPE, Rosita. Grupo Focal – Estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico. *Cogitare Enfermagem*, Curitiba. v. 9, n. 1, p. 9-14, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/1700> . Acesso em: 10 mar. 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/materiais/pesquisa-nacional-sobre-o-ambiente-educacional-no-brasil-2016/>>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <[https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021\\_Digital.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf) > Acesso em: 10 ago. 2022.
- BRASIL. Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015. Brasília, DF [2020]. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.crp15.org.br/wp-content/uploads/2020/06/resolucao\\_cndc\\_lgbt\\_n12\\_2015\\_\\_parecer\\_ref\\_identidade\\_de\\_genero\\_na\\_educacao.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.crp15.org.br/wp-content/uploads/2020/06/resolucao_cndc_lgbt_n12_2015__parecer_ref_identidade_de_genero_na_educacao.pdf) . Acesso em: 10 ago. 2022.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- OLIVEIRA, Fábio A. G.; RODRIGUES, Liliana. Por uma educação TRANSgressora e TRANSfeminista: possíveis enfrentamentos à produção das ausências através da disciplinarização e subjetivação. *Aprender – Caderno de Filosofia e psicologia da Educação*, n 20, p.83-102, 2002. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/4553/3590> > Acesso em: 18 jan. 2024.
- ROSA, Eli Bruno do Prado Rocha. Cisheteronormatividade como instituição total. *Cadernos Pet de Filosofia*, n 2, p.59-103, agosto, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/68171/41349>> Acesso em: 13 ago. 2022.

SÃO PAULO. Resolução SE nº 45, de 18-08-2014. Dispõe sobre o tratamento nominal de discentes transexuais e travestis, no âmbito da Secretaria da Educação. São Paulo: Secretaria da Educação, [2014]. Disponível em: <[http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/45\\_14.HTM?Time=27/08/2022%2017:06:14](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/45_14.HTM?Time=27/08/2022%2017:06:14)> Acesso em: 13 ago. 2022.